

Juliana De Vietro Garcia

Aluna do curso de Graduação da Universidade de Franca, em Pedagogia, 2013.

Thais Machado

Aluna do curso de Graduação da Universidade de Franca, em Pedagogia, 2013.

Maria Aparecida Zero

Coautora - professora doutora dos cursos de licenciatura da Universidade de Franca e supervisora da Rede Pública Estadual de São Paulo, 2013.

RESUMO

A educação de jovens e adultos é uma importante modalidade de educação, especialmente no Brasil, em que ainda é grande o número de pessoas que não tiveram oportunidade de frequentar ou dar continuidade aos seus estudos na educação básica. Dentro dessa temática, consideramos fundamental destacar o papel do docente, já que ele contribui de forma decisiva para a formação dos alunos e para um ensino de qualidade. Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho foi de apontar as dificuldades enfrentadas pelo docente da Educação de Jovens e Adultos em suas práticas e apresentar propostas que pudessem contribuir para a melhoria de seu trabalho. O artigo considera aspectos históricos, sociais e culturais dos discentes da EJA, apresenta o percurso histórico da atuação do professor, o perfil dos alunos, o tratamento legislativo dado à educação de jovens e adultos, analisa as dificuldades dos professores e contribui com algumas propostas para a melhoria da atuação docente. A metodologia utilizada foi embasada em pesquisas bibliográficas, a partir do método dedutivo. Concluiu-se que para sanar as dificuldades encontradas na atuação docente, o profissional deverá refletir constantemente sobre sua prática e buscar meios de aperfeiçoá-la, em um processo constante de formação continuada. Só assim poderá atingir os objetivos da aprendizagem e da formação do aluno e possibilitar que o indivíduo jovem e adulto seja

capaz de desenvolver habilidades e competências que lhe permita atuar com destreza nos âmbitos pessoal, social e profissional.

Palavras-chaves: educação; adultos; docentes; dificuldades.

ABSTRACT

The education of youngsters and adults is an important modality of education, especial in Brazil, where is big the number of people who did not have an opportunity of frequenting or continuing their studies in the basic education yet. Inside of this theme, we consider fundamental to detach the role of the instructor, since it contributes of decisive form to the formation of the students and to a quality study. In this sense, the main objective of this work is to point out the difficulties faced by the instructors in the young and adult's education in their practices and presents the proposals, which can contribute to improve their work. This paper considers historic, social and cultural aspects about the instructors of the EJA and presents the historical route of the instructors actuation, the profile of students, the legislative treatment given to young and adults education, analyzes the difficulties of the teachers and contribute with any proposes to the improvement in the instructor actuation. The methodology used is grounded in a bibliographic research, from the deductive method. Concluding that solving the difficulties found in the actuation of instructor work should reflect constantly about his practices and seek means to improve them, in a constant process of continuous formation. Just this can be achieve the goals of the learning and the formation of the student and possibility the younger and adult individual can improve abilities and competences who allow them to act with skill in personal, social and professional ambits.

Key – Words: education; adults; instructors; difficulties.



INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos constitui uma modalidade da edu-

cação básica e é parte integrante da educação em nosso país, devendo ser considerados seus aspectos histórico, social e cultural. Deve visar à transformação da sociedade e se constituir em um campo de práticas e reflexões que abrange os processos formativos que podem contribuir com a democratização da educação brasileira.

Devido à importância do tema, é necessário destacar que o trabalho docente na educação de jovens e adultos pode garantir o sucesso, mas também contribuir para o fracasso escolar, caso a proposta de ensino desenvolvida em sala de aula não esteja adequada aos discentes. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando o docente desconsidera a faixa etária de seus alunos e aborda conteúdos de forma infantilizada. Nesse caso, o adulto passa a ser tratado como uma criança que acaba de ingressar na escola, pois não se considera o seu perfil, nem que ele traz consigo uma bagagem de experiências e vivências pessoais e profissionais.

Muitas vezes, os jovens e adultos lutam para superar condições de vida bastante precárias como desemprego, salários baixos, problemas familiares e péssimas condições de vida, que podem comprometer o processo de alfabetização e educação. Assim, considerando que muitos alunos da EJA – Educação de Jovens e Adultos – estão em um quadro de desfavorecimento social, o professor não pode ignorar os conhecimentos e experiências que já possuem.

Outro entrave para a docência de jovens e adultos pode estar na visão de que o professor é apenas um reprodutor de tarefas, podendo assim sentir-se como um mero executor de atividades. Nesse caso, não opina ou desenvolve suas habilidades, realizando um trabalho sem estímulos, que dificulta o processo de aprendizagem do adulto. Acredita-se ser possível a realização de uma ação pedagógica mais envolvente, em que o professor também seja o protagonista do processo e possa contribuir para melhor aprendizado discente.

Por todas essas questões, o objetivo deste trabalho é apontar as dificuldades do professor da EJA em suas práticas e apresentar propostas que possam contribuir na melhoria de seu trabalho.

Para avançar nos estudos sobre o tema, este trabalho fará um percurso histórico sobre a atuação do professor da EJA; traçará o perfil

dos alunos; cuidará do tratamento legislativo; analisará as dificuldades do professor e contribuirá com possíveis soluções para a melhoria do seu trabalho.

A metodologia utilizada será embasada em pesquisas bibliográficas, a fim de promover reflexões que contribuam para o trabalho docente da educação de jovens e adultos. Assim, a partir do método dedutivo e revisão bibliográfica, pretende-se fornecer subsídio, mesmo que tímido, para melhor esclarecimento do tema proposto e maior reflexão dos docentes dessa tão relevante modalidade de educação.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A educação de jovens e adultos no país ocorreu desde o período do Brasil colônia. Nesse momento, a educação tinha um caráter muito mais religioso do que cultural. Os educadores eram os padres jesuítas, preocupados com a propagação dos costumes e da fé cristã e tinham como objetivo catequizar e alfabetizar as comunidades indígenas, na língua portuguesa.

Nesse período, não havia iniciativas governamentais voltadas para a educação, já que o investimento nesse âmbito não estava relacionado ao desenvolvimento do país, e sim à exploração da mão de obra escrava.

No século XX, com o desenvolvimento industrial brasileiro, houve certa valorização da educação de jovens e adultos, com diferentes abordagens, como domínio da língua falada e escrita, domínio das técnicas de produção e investimento dos que visavam à educação como ampliação da base de votos.

Em 1940, os altos índices de analfabetismo começavam a preocupar, levando o governo a elaborar propostas voltadas para a população de adultos analfabetos. Em 1945, a educação foi fortalecida com a criação da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura -, sendo um de seus objetivos educar a população adulta analfabeta.

No governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1947, foi lançada a primeira Campanha de Educação de Adultos, sendo a primeira etapa de três meses, que previa a alfabetização e, posteriormente, o curso primário com duas

etapas de sete meses, com a capacitação profissional e desenvolvimento comunitário. Nesse período, o analfabetismo já estava relacionado ao não desenvolvimento do país, havendo uma série de preconceitos que julgavam o adulto analfabeto como incapaz, marginalizado e excluído da sociedade. Sendo assim, o adulto analfabeto deixava de exercer seu direito como cidadão.

Com a Campanha da Educação de Adultos de 1947, surge uma visão diferenciada sobre o analfabetismo e o preconceito foi sendo minimizado a partir de uma nova proposta pedagógica que teve como referência o educador Paulo Freire.

Na visão de Freire, a ideia de alfabetização e educação está muito próxima. “Alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. Entender o que se lê e escrever o que se entende [...]. Implica uma autoformação da qual pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto” (CUNHA, 1999, p. 12 apud FREIRE, 1989, p. 72).

As ideias de Paulo Freire se expandiram por todo país e seu trabalho passou a ser reconhecido especificamente na educação de adultos. Com o golpe militar de 1964, suas propostas educacionais foram interrompidas por serem vistas como ameaças ao governo da época.

Com a ditadura militar houve a repressão contra os movimentos de protestos e liberdade de expressão; dessa forma, nada poderia levar as pessoas a um pensamento crítico da situação em que o país vivia, inclusive nos aspectos relacionados à educação.

Paulo Freire foi exilado e, em 1967, o governo assume o programa de alfabetização de adultos com a criação do MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização-, voltado para a população analfabeta de 15 a 30 anos, com uma alfabetização funcional que não desenvolvia o senso crítico e problematizador. O MOBRAL se expandiu na década de 1970 e foi extinto em 1985, sendo substituído pela Fundação Educar. Este programa “abriu mão de executar diretamente os programas, passando a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas de governos,

entidades civis e empresas a elas conveniadas” (CUNHA, 1999, p. 13 apud BRASIL, 1999, p. 28).

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, que ampliou o dever do Estado com a educação de jovens e adultos, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos, inclusive para aqueles que não ingressaram na idade própria.

A partir dos anos de 1990, especialmente com a promulgação da LDB nº 9394/96, que trata da EJA nos artigos 37 e 38, o desafio tem sido estimular políticas metodológicas mais criativas que possibilitem a participação ativa do aluno, ressaltando os aspectos de um ensino de qualidade àqueles que não puderam estudar ou completar seus estudos.

1.1 MUDANÇAS NO PAPEL DOCENTE

Em todo o contexto histórico, houve também mudanças que envolveram o papel do professor, com concepções educacionais diferentes que fundamentaram a prática pedagógica. O professor da EJA, como todo docente, esteve presente nesses momentos históricos e foi influenciado por esses movimentos; por isso, consideraram-se relevantes as abordagens relacionadas a esses processos.

De acordo com Gadotti (2003), há concepções como a autoritária, a anárquica e a democrática que, no decorrer dos anos, sofreram mudanças no campo do conhecimento, no relacionamento com o aluno e na avaliação.

Na concepção autoritária, o professor é o único que detém o conhecimento, e sua função é transmitir conteúdos e informações. Tem uma postura autoritária e seus alunos se tornam passivos, não havendo espaço para a reflexão. As aulas são baseadas em cópias, há uma hierarquia dentro da sala de aula e a avaliação tem caráter classificatório, é periódica e quantitativa. Nessa concepção, não há relação de trocas entre o aluno e o conhecimento e “raramente se articulam conteúdos, objetivos e procedimentos e, muito menos, referem-se a simples programas de série que não levam em conta a realidade dos alunos e seus conhecimentos adquiridos em outros meios”. (GADOTTI, 2003, p. 72). Dessa forma, os professores não atendem às necessidades do aluno,

apenas seguem o conteúdo programado, o que dificulta o ensino e permanência nos estudos.

Na concepção anárquica, o foco está na aprendizagem que ocorre de forma mais natural e espontânea, a avaliação tem um caráter formativo e qualitativo, os objetivos são implícitos e há uma passividade no trabalho docente, sendo que, durante as aulas, não é necessário grande empenho do professor. Nessa concepção, “dá-se ênfase à aprendizagem, a partir da autorização do aprendiz — ou melhor, à autoaprendizagem”. (GADOTTI, 2003, p. 73). Uma das características da concepção anárquica é que o aluno se torna ativo e o professor passivo.

De acordo com Gadotti, a última concepção seria a democrática que representa a síntese dialética entre a autoritária e a anárquica; esta representa um trabalho de qualidade, voltado à transformação social e que respeita as diferenças e individualidades do aluno.

Na concepção democrática, o professor trabalha com objetivos explícitos e preocupa-se com o desenvolvimento do aluno, “partindo do princípio de que todo ser humano é capaz de aprender (e também ensinar), a relação aluno/professor torna-se um processo de constante ensino-aprendizagem” (GADOTTI, 2003, p. 74). O professor se preocupa com a formação do aluno, sendo que ambos têm um papel ativo na sala de aula. Nesse caso, a avaliação assume caráter diagnóstico, permanente e qualitativa, dando atenção às necessidades de cada aluno.

Nessa trajetória, muitos avanços e conquistas vêm sendo alcançados, mas a EJA é uma modalidade de ensino que requer atenção, para permitir um padrão de qualidade e respeito às experiências dos alunos. Nesse sentido, o papel do professor é fundamental, principalmente na alfabetização que é o início da jornada escolar. Devem ser trabalhados conteúdos e metodologias apropriadas com à idade e às vivências dos alunos que procuram a escola, na maioria das vezes, para satisfazer necessidades pessoais que contribuam para seu crescimento.

PERFIL DOS ALUNOS DA EJA

Ao trabalhar com alunos da EJA, a escola não deve se esquecer que o adulto analfabeto ou mesmo aquele que não concluiu seus es-

tudos, é um trabalhador com responsabilidades sociais e familiares, que possui experiências e chega à escola com opiniões e crenças já formadas. “Deve-se levar em conta a diversidade destes grupos sociais: perfil socioeconômico, étnico, de gênero, de localização espacial e de participação socioeconômica” (GADOTTI, 2003, p. 120-121). É importante considerar os conhecimentos prévios que os alunos possuem, pois esses estão relacionados às suas práticas sociais.

De acordo com Barreto (2006), os discentes da EJA quase sempre pertencem a uma mesma classe social, com baixo poder aquisitivo, usufruem apenas do básico para sobreviver, sendo que a maior fonte de informação e lazer que possuem é a televisão. Esses alunos fazem parte de um quadro de desfavorecimento social e a procura pela escola está ligada às decisões que envolvem suas perspectivas pessoais, motivação, com expectativa de conseguir um emprego melhor, aumentar a autoestima, satisfazer suas necessidades particulares e, assim, integrar a sociedade letrada da qual tem o direito, mas que muitos não fazem parte.

Uma das características dos alunos da EJA é a condição da maioria serem trabalhadores, com experiência profissional que geralmente começou muito cedo, por fatores relacionados à dificuldade financeira da família, assumindo responsabilidades como cuidar da casa ou dos irmãos mais novos, distanciando-os da escola e contribuindo para a evasão escolar. Quando retornam à escola, o professor deve considerar as experiências profissionais e o contexto cultural do aluno, abordando temas condizentes com a sua realidade, evitando assim o desinteresse que acaba levando ao fracasso escolar.

Outra particularidade do aluno está relacionada à baixa autoestima, marcada, muitas vezes, pelo seu insucesso escolar e exclusão da sociedade, ocasionando insegurança ao enfrentar novos desafios e aprendizagens.

Ao retornarem para a escola, os alunos da EJA provavelmente se sentem inseguros, ficam nervosos diante de novas situações e têm vergonha de fazer e responder perguntas ao professor. Frente a essas características que os discentes apresentam, o professor tem um papel relevante na vida escolar deles.

O professor da EJA deve ter um olhar diferente, de compreensão e

equilíbrio, considerando as vivências e experiências de seus alunos, tendo um papel fundamental para evitar novas situações de fracasso escolar. Deve-se criar entre os alunos e o professor uma relação de confiança em que o profissional reconhece os saberes que os educandos possuem e relaciona a realidade por eles vivida com os conteúdos escolares; dessa forma, a valorização dos alunos pelo professor e o bom acolhimento favorecem para que a aprendizagem ocorra de forma segura.

TRATAMENTO LEGISLATIVO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No decorrer dos anos, percebe-se a necessidade de um olhar voltado para a educação no país. Com a contribuição ou a determinação de leis, a educação progride de uma situação na qual ser escolarizado não era legalmente necessário, para depois tornar-se um direito fundamental e obrigatório.

Dentre os vários documentos legais que se referem à EJA, podemos destacar a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e o Parecer CEB nº 11/2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

A Constituição é um marco histórico para a educação brasileira, uma vez que a educação passa a ser considerada como direito. Nela, especificamente no artigo 205, é destacado o direito e as finalidades da educação: “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 110).

A partir daí, a educação passa a ser um direito de todos, sendo o Estado e a família responsáveis por garanti-la, havendo como prioridade uma preocupação na formação e no desenvolvimento do indivíduo.

O ensino fundamental além de gratuito é um direito subjetivo, “trata-se de um dever positivado, constitucionalizado e dotado de efetividade. O titular desse direito é qualquer pessoa de qualquer faixa etária que não tenha tido acesso à escolaridade obrigatória”. (SATORI, 2011, p. 44 apud BRASIL, 2000, p. 22-23).

Além da constituição brasileira, a LDB também regulamenta a

educação no país. A mais recente e vigente foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, definida pela Lei 9.394/96, que direciona olhar sobre a educação de jovens e adultos que passa a constituir uma modalidade de ensino na Educação Básica.

A LDB 9.394/96 refere-se especificamente à EJA em dois capítulos, na Seção V:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 1996, p. 23)

Esses artigos tratam exclusivamente da educação de jovens e adultos, atendendo a todos que não tiveram o acesso à escolarização na idade correta, por diversos motivos como falta de oportunidade, trabalho, condições de vida precárias, dentre outros problemas. Ressalta-se a partir disso que é necessário oferecer oportunidades que articulem os cursos da EJA com a educação profissional e ainda trabalhar com metodologias que proporcionem bons resultados para alunos e professores, atendendo à educação básica nas etapas de ensino fundamental e médio.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, a Educação de Jovens e Adultos representa uma dívida social não reparada para aqueles que não tiveram acesso à escola nem domínio da escrita e leitura. Ser privado desse acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. Em busca de melhorias, o Parecer traz as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e apresenta três funções dessa modalidade de ensino: reparadora, equalizadora e qualificadora.

A função reparadora da EJA significa a reparação de um direito negado a uma escola de qualidade.

Essa função reparadora da EJA se articula com o pleito postulado por inúmeras pessoas que não tiveram uma adequada correlação idade/ano escolar em seu itinerário educacional e nem a possibilidade de prosseguir

mento de estudos. Neste momento, a igualdade perante a lei, ponto de chegada da função reparadora, torna-se um novo ponto de partida para a igualdade de oportunidades. (BRASIL, 2000, p. 9).

A função equalizadora oferece oportunidades para a reentrada no sistema educacional para aqueles que não tiveram acesso ou condições de permanência na escola, devendo haver uma reparação corretiva na busca da equidade, isto é, “forma pela qual se distribuem os bens sociais de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, consideradas as situações específicas”. (BRASIL, 2000, p. 10)

Já a função qualificadora ou permanente apresenta um sentido próprio para a EJA, propiciando uma atualização de conhecimento a todos.

Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode-se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade. (BRASIL, 2000, p. 11).

Assim, avalia-se que a abordagem legal sobre o tema propiciou benefícios que possibilitaram um espaço mais democrático de conhecimento e certa minimização de desigualdades sociais pelas oportunidades criadas aos jovens e adultos brasileiros.

DIFICULDADES DOS PROFESSORES DA EJA E PROPOSTAS DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES

A educação de jovens e adultos no nosso país tem evoluído, porém ainda enfrenta muitas dificuldades. Dentre elas, destacam-se questões relativas ao processo de planejamento e gestão do ensino, à falta de recursos didáticos, à formação continuada dos professores, à relação entre teoria e prática, à articulação e aplicação de um currículo adequado, à insegurança demonstrada por grande parte dos alunos quando retornam à escola, às dificuldades na compreensão e domínio da leitura e escrita, no saber matemático, em questões relativas à natureza e sociedade, na pertinência das avaliações aplicadas e nas questões de gênero.

Assim, abordaremos primeiramente problemas relacionados ao

processo de planejamento de ensino da EJA; em alguns casos, os professores desconsideram a faixa etária e o perfil de seus alunos, não adequando práticas ou não considerando a individualidade discente. De um planejamento inadequado, decorrem consequências desastrosas.

O planejamento deve ser um processo de decisão que norteie a ação educativa. “No caso da educação de jovens e adultos, o planejamento precisa levar em conta as exigências do contexto social no qual estão inseridas, as características de cada grupo, suas aspirações, projetos e necessidades.” (CALHÁU, 1999, p. 53).

É importante no decorrer do planejamento que o professor tenha uma postura avaliativa; “ele deve avaliar, ao longo de todo o processo, tanto a dinâmica do grupo, que vai lhe dar indicações quanto a sua necessidade de modificar as linhas gerais do plano, quanto o desempenho de cada um dos alunos, o que pode lhe indicar estratégias pontuais ou dirigidas a alunos específicos” (CALHÁU, 1999, p. 58 apud LEMOS, 1997, p. 19), verificando se seu trabalho e prática pedagógica estão atingindo os objetivos.

O objetivo do planejamento visa à uma aprendizagem efetiva e significativa, trabalhando a favor da permanência do aluno no sistema educacional com uma avaliação crítica sobre a atuação do professor. Em todo o planejamento,

[...] o professor deve ter sempre em mente de que o seu papel é o de agente de transformação social e como tal pode, pela educação, combater, no plano das atitudes, a discriminação manifestada em gestos, comportamentos e palavras, que afasta e estigmatiza grupos sociais. Cabe ao professor construir relações de confiança para que o aluno possa perceber-se e viver, antes de mais nada, como ser social. (JATOBÁ, 1999, p. 95-96).

Outra questão diz respeito à gestão do ensino em sala de aula, pois notam-se muitas deficiências nesse âmbito, dificultando o ensino de qualidade. Alguns problemas na gestão dizem respeito à organização didático-pedagógico na EJA, que não atende de maneira pertinente a essa modalidade de ensino e ao perfil dos alunos, inibindo os processos educativos.

Diante das diferenças encontradas na sala de aula o educador não deve apenas ser um simples executor de tarefas, com foco apenas nos conteúdos, mas sim atuar de forma reflexiva. “A noção de professor reflexivo baseia-se na consciência da capacidade de pensamento e reflexão que caracteriza o ser humano como criativo e não como mero reproduzidor de ideias e práticas que lhe são exteriores” (ALARCÃO, 2004, p. 41).

O professor reflexivo é aquele que reflete sobre sua atuação em sala de aula, construindo conhecimento a partir da sua prática pedagógica, estando aberto a mudanças e trabalhando com dedicação e comprometimento com seus alunos, para o desenvolvimento de suas aprendizagens. Conforme Fuck (1993, p. 92), deve “acreditar na capacidade de aprender de cada um, que constitui fator preponderante para o resgate da autoconfiança, indispensável na aprendizagem”.

Para Ambrosio (1998), a responsabilidade maior do professor vai além da sua disciplina específica, pois inclui a formação do cidadão. Assim o docente da EJA deve pensar em como pode contribuir para o crescimento pessoal de seus alunos. Ele necessita dominar técnicas e metodologias que possam adentrar o universo dos educandos e fazê-los compreender que sua busca por conhecimento contribui para melhoria de suas vidas.

Em relação aos recursos e materiais didáticos pedagógicos na EJA, percebe-se que na atualidade, os professores apresentam dificuldades de explorá-los, trabalhando, em muitos momentos, distantes da realidade dos alunos e infantilizando o processo de ensino.

A formação permanente dos professores é fundamental para uma reflexão crítica sobre a sua prática. “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, p. 39). A formação contínua dos educadores possibilita uma base-teórica consistente que, juntamente com a sua realização profissional, permite que o docente tenha uma prática de qualidade.

De acordo com Brunel (2004, p. 37),

[...] os jovens que frequentam a EJA construíram a sua trajetória escolar fora dos padrões definidos pela escola regular. Este número cresce a cada ano, e é pertinente nos questionarmos acerca do que está ocorrendo

com a instituição, já que ela não está conseguindo atender plenamente às necessidades de uma boa parcela de jovens que poderia frequentar este espaço.

O trabalho com jovens e adultos exige que o professor tenha formação inicial em nível de graduação e exercite a formação continuada para a capacitação de seu serviço e atualização dos conteúdos curriculares de ensino.

Outra dificuldade na EJA diz respeito à relação entre teoria e prática no trabalho docente. O professor deve atuar como um agente de transformação, incentivando seus alunos na busca constante de conhecimento e que este não fique apenas na teoria, mas tenha relação em suas práticas diárias.

Freire apresenta contribuições importantes sobre a competência docente, quando especifica que

ensinar exige respeito aos saberes dos educandos [...], discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes e relação com o ensino dos conteúdos [...]. Ensinar exige disponibilidade para o diálogo [...] Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural [...]. Ensinar exige a apreensão da realidade [...], transformar a realidade para nela intervir, recriando-a [...]. Ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade [...]. O fundamental no aprendizado do conteúdo e a construção da responsabilidade, liberdade que se assume [...]. (LEMOS, 1999, p. 20 apud FREIRE, 1996, p. 7-8)

Assim, o professor tem um papel fundamental nas instituições de ensino, assim, ao receber um aluno da EJA, deve repensar sua prática, considerando toda a sua trajetória dentro da escola. Não basta apenas aceitar o aluno respeitando suas dificuldades, mas sim dar a ele condições de permanência na escola, para que continue seus estudos. “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47).

Muitas vezes, os educadores sentem dificuldades de relacionar a ação educativa como uma ação social, isso certamente dificultará que o aluno atue de forma ativa na sociedade.

Em relação à proposta curricular,

os educadores devem analisar e definir claramente a ação educativa, percebendo-a como uma ação social estabelecendo uma proposta que considere as relações escola-comunidade e o retrato cultural, produzindo uma prática educativa articuladora da teoria com a prática, tendo o educando como sujeito do processo de aprendizagem. (LEMOS, 1999, p. 19)

Algumas dificuldades estão relacionadas à articulação e à elaboração do currículo, pois não apresentam objetivos claros ou não conseguem atender às expectativas e anseios de seus alunos.

Segundo Lemos (1999), a proposta da EJA deve considerar alguns fatores na elaboração do currículo, como a diversidade do público que se destina, a geração de modelos que atendam a realidade de seus alunos, a seleção e distribuição dos conteúdos curriculares, a adequação de conteúdos considerando as características dos discentes, a verificação dos objetivos da educação dentro de um processo de constante reflexão, a inclusão de atividades voltadas para a formação profissional e o trabalho dentro de uma avaliação que seja contínua e contribua para a formação do aluno.

Deve-se considerar que “a construção do currículo passa invariavelmente pelo reconhecimento dos educandos, de seus modos de vida, de suas culturas, de sua condição de trabalhadores assalariados ou integrantes do mercado informal ou, ainda, de desempregados” (LEMOS, 1999, p. 23 apud PAIVA, 1997, p. 85).

Assim, a proposta curricular deve considerar oportunidades múltiplas de trabalho a serem realizadas em sala de aula, discutindo temas que envolvam cultura, meio ambiente, relações sociais e cidadania. Deverá ainda ser entendida como um instrumento norteador do trabalho docente, que dará auxílio para que os temas desenvolvidos sejam capazes de integrar os alunos na sociedade.

Outra dificuldade relacionada à educação de jovens e adultos diz respeito à insegurança por parte dos alunos para retornarem à escola, devido ao costumeiro fracasso escolar anterior e até mesmo pela difícil relação entre educador e educando.

O professor da EJA deve compreender que seus alunos procuram a escola com expectativas de melhorarem a condição de vida, para

elevarem sua autoestima e serem mais independentes. “Em síntese, pode-se inferir que o maior motivo da procura da escola é a necessidade de fixação de sua identidade como ser humano a ser social” (LEMOS, 1999, p. 25).

É importante que o professor, além de atender às necessidades de aprendizagem de seus alunos, adote formas de relacionamento diferenciadas, trabalhando com o objetivo de acolher o aluno em sala de aula. De acordo com Lemos (1999), em relação aos adultos, ganha destaque a sensibilização na ampliação de suas áreas de interesses, como vencer a timidez, a insegurança e bloqueios; com os adolescentes, buscar superar as frustrações trazidas da escola regular, resgatar a autoestima e no desenvolvimento da sociabilidade.

Para que não haja problemas tanto na entrada quanto na permanência desses alunos na escola, o professor deve ter comprometimento com seu trabalho. De acordo com Freire (1996), o professor em sua prática pedagógica não pode discriminar o aluno por nenhum motivo, já que a percepção que o aluno tem de seu professor resulta de sua postura em sala de aula. Assim, o professor deve estar atento à leitura que os discentes fazem sobre seu trabalho e a todas as reações que acontecem na sala de aula, indo desde um silêncio, de um sorriso ou de uma retirada da sala. Essa observação contribui para que o professor reflita sobre sua atuação e aceitação na sala de aula.

É necessário compreender que o espaço pedagógico é um lugar de constante reflexão entre as relações estabelecidas entre professor/aluno, “nesse sentido, quanto mais solidariedade exista entre o educador e o educando no ‘trato’ desse espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola” (FREIRE, 1996, p. 97).

Outro entrave na educação de jovens e adultos está relacionado à compreensão e domínio da leitura e escrita. As dificuldades, nesse processo, podem ocasionar um comprometimento nas outras áreas do saber, de modo que a alfabetização propicie condições para que o indivíduo tenha acesso ao mundo da escrita, fazendo seu uso em todas as funções que ela tem na sociedade.

Ter o domínio e compreensão da leitura e escrita tornou-se algo

indispensável para exercício e participação da cidadania. É preciso repensar que não se trata apenas da codificação ou decodificação de códigos da escrita, mais sim sua compreensão e uso apropriado. “Ler e escrever constitui, hoje, uma demanda social que precisa mais do que nunca ser resignificada e atendida pela escola. Nesse sentido, é fundamental redefinir junto aos professores o conceito de alfabetização e o que significa estar alfabetizado em uma sociedade contemporânea letrada” (POSSAS, 1999, p. 29).

O professor deve compreender que é importante conhecer além das etapas de alfabetização, deve assim incentivar seus alunos ao gosto da leitura, compreender sua importância e encorajá-los a se manifestarem ortograficamente.

Diante das dificuldades relacionadas ao domínio e compreensão da leitura e escrita, o professor deve trabalhar a partir do interesse do aluno pela leitura. Segundo Possas (1999, p. 31),

antes de mais nada é preciso ter em mente que, embora a leitura e a escrita sejam processos diferenciados, nada impede que ocorram simultaneamente. Para que isso ocorra, um bom caminho é o trabalho com texto. A leitura em voz alta de um texto significativo (notícia de jornal, carta para um parente, receita culinária, simpatia, etc.) é um bom começo de trabalho e que provavelmente vai despertar o interesse dos alunos. Depois de comentá-lo oralmente e descobrir com eles o seu significado, é importante escrevê-lo no quadro, para que os alunos “leiam” o que está escrito. É conveniente que na sala existam materiais escritos, em diferentes suportes de escrita, que possam ser catalogados pelos alunos de acordo com seu interesse.

Deve-se considerar que a leitura e a escrita transpassam todas as disciplinas e áreas do saber. O professor pode desenvolver atividades que despertem o gosto pela leitura e escrita, por meio de textos literários em prosa e poesia, narrativas, fábulas e anedotas, além de “outros textos que podem se tornar objeto de estudos na sala de aula com jovens e adultos, preferencialmente aqueles que já fazem parte da sua realidade. Quanto mais próximo estiver o texto escrito do cotidiano do aluno, mais o conteúdo se tornará significativo” (RAMAL, 1999, p. 43).

Nesse contexto, a escola deve ser um lugar em que o aluno explore

e trabalhe com diferentes textos, tornando-se um ambiente privilegiado que propicie a ele uma diversidade de materiais e variedade linguística, ampliando seu vocabulário e o gosto pela leitura.

No que diz respeito ao saber matemático, pode-se avaliar que no decorrer dos últimos anos que a disciplina responsável por esse saber tornou-se a mais temida pelos alunos, gerando o fracasso escolar devido a diversos fatores, especialmente as dificuldades apontadas pelos educandos, relacionadas ao próprio conteúdo.

Ao pensarem em matemática, logo relacionam à aprendizagem de regras, fórmulas, cálculos e situações que envolvam memorização. Apresentada dessa forma, a matemática é compreendida pelos alunos como um problema, afastando-os da escola ou criando barreiras que dificultam sua aprendizagem.

Como a matemática constitui uma das áreas primordiais no processo educativo e está estreitamente relacionada com as questões de cidadania e participação social, deve haver uma vinculação dessa disciplina com a realidade social, contribuindo para a aprendizagem e formação dos alunos.

Como ressalta Cunha (1999), o exercício da cidadania não pode prescindir dos conhecimentos matemáticos, que proporcionam ao indivíduo questões de questionar e resolver diferentes situações-problema que surgem a todo instante. Assim, a matemática não é apenas uma disciplina, mas um saber que garante a participação na sociedade e propicia autonomia nas soluções de problemas relacionados à realidade do aluno.

É importante pensar como esse conhecimento está presente no contexto dos alunos da EJA, os quais se deparam, a todo o momento, com representações numéricas, assistem a noticiários e a jornais que apresentam dados matemáticos, fazem compras, utilizam dinheiro, planejam-se durante o mês com as contas, dentre outras atividades que necessitem colocar em prática o saber matemático.

O professor, ao trabalhar com esses alunos, deve considerar essas vivências e os conhecimentos adquiridos de modo informal e, assim, incluir a matemática no contexto de seus educandos, por meio de atividades que envolvam discussões sobre temas socioeconômicos, o custo

de inflação, juros, reajustes, preços de produtos, salário, orçamento familiar, pesquisa de preço, análise de gráficos e tabelas, utilização da calculadora e trabalhar com medidas, considerando sempre os conhecimentos que possuem.

Além de relacionar a matemática com a prática social, é importante que o professor tenha claro os objetivos que irão nortear seu trabalho com os jovens e adultos. De acordo com Cunha (1999), alguns desses objetivos dizem respeito à valorização da disciplina como instrumento de informação sobre o mundo: o reconhecimento da própria capacidade de raciocínio matemático, a aplicação dos conhecimentos adquiridos para resolução de problemas, o saber comunicar-se matematicamente e o desenvolvimento de procedimentos de cálculo que possibilite a antecipação e verificação de resultados.

Dessa forma, ao relacionar os conteúdos com a prática e desenvolver um trabalho com objetivos claros, o professor terá maior facilidade para garantir o sucesso na aprendizagem de seus alunos em relação ao saber matemático.

Outro impasse na educação de jovens e adultos está na dificuldade de os professores trabalharem os Estudos da Sociedade e Natureza, sendo de extrema importância desenvolvê-los em sala de aula para garantir a formação do aluno como cidadão.

Esta área de estudos busca desenvolver valores, conhecimentos e habilidades, contribuindo para que os alunos possam compreender criticamente a realidade em que vivem e dela participarem. O professor deve propiciar ao aluno o acesso a informações relativas às suas vivências, e estimular o interesse dos educandos por diferentes abordagens, oferecendo oportunidades de acesso a informações diversas.

O professor pode trabalhar a partir da problematização de alguns assuntos, provocando no aluno a necessidade de buscar novos conhecimentos e troca de ideias para resolução dos problemas.

O docente da EJA deve compreender que “para que um adulto em fase de escolarização possa compreender melhor a realidade que o cerca, agir de forma crítica e consciente, participar das mudanças e transformações que vêm ocorrendo no mundo ao seu redor, é necessário

que todos os conhecimentos lhe sejam apresentados de forma problematizadora, buscando reflexão e conclusão” (PRADO, 1999, p. 75).

Dessa forma, o professor pode ter como ponto de partida as próprias vivências dos alunos, suas curiosidades e interesses, e assim extrair, aos poucos, assuntos pertinentes que possam ser trabalhados em sala de aula, propiciando um ambiente favorável para a discussão e debate, estimulando a troca de saberes e estabelecendo relação entre o conhecimento prévio dos alunos e o conhecimento científico.

É importante pensar que para os alunos da EJA a escola deve transcender a mera ideia de espaço para aquisição de conhecimentos para a de um ambiente de sociabilidade, em que se pode expor e aprender sem medo, o que muito contribuirá para a construção de sua identidade.

É fundamental na postura do educador da EJA estar preparado para lidar com diferentes situações e dificuldades, procurando sempre conhecer seus educandos, suas expectativas e anseios de aprendizagem. “É tarefa do professor estimular o interesse, procurando despertar o espírito científico, encaminhando as investigações e, dentro do possível, respondendo as indagações” (PRADO, 1999, p. 79).

Como todo educador, o professor deverá refletir constantemente sobre sua prática, buscando os meios de aperfeiçoá-la diante das dificuldades encontradas para alcançar os objetivos da aprendizagem e da formação do aluno.

Percebe-se ainda grandes dificuldades dos professores em como avaliar seus alunos, sendo que a avaliação constitui uma etapa necessária no processo de ensino-aprendizagem.

Por muito tempo a avaliação tinha um caráter classificatório que ressaltava os aspectos técnicos no sentido de medir aprendizagem dos alunos. Tradicionalmente houve a tentativa de realizá-la de forma neutra, no final do processo do sistema educacional, com a finalidade de aprovar ou reprovar o aluno de uma série para outra.

É necessário compreender que a avaliação não deve acontecer somente no final do processo de ensino, mas sim diariamente, de forma contínua e diagnóstica que “visará detectar em que medida os padrões culturais, as expectativas, as visões de mundo e os saberes dos quais

os alunos são portadores, estão sendo levados em consideração na construção do conhecimento” (CANEN, 1999, p. 101).

Este tipo de avaliação deve ser utilizada com o objetivo de determinar a forma pela qual o professor deverá encaminhar seu planejamento e sua ação educativa. A avaliação diagnóstica precisa de relacionar alguns objetivos, como identificar a realidade dos alunos, se apresentam ou não habilidade no processo de ensino, além de identificar as dificuldades decorrentes na aprendizagem de forma que o docente poderá rever sua ação educativa para sanar os problemas.

É importante que o professor compreenda a avaliação como um processo de formação do aluno e não apenas como caráter seletivo, ocorrendo em uma ação reflexiva detectando nos pontos as dificuldades que devem ser trabalhadas, ressaltando sempre os aspectos positivos que seus alunos apresentam.

Outra dificuldade no trabalho docente com jovens e adultos está relacionada às questões de gênero; ao abordar as relações de desigualdade entre homens e mulheres que, muitas vezes, apresentam práticas sociais discriminatórias. Essas práticas frequentemente injustas e que diferenciam as pessoas pelo sexo, fazem parte de uma herança cultural que precisa ser trabalhada em sala de aula para desconstrução e redirecionamento de valores.

É necessário que o professor aponte reflexões sobre questões relacionadas à desigualdade e as práticas sociais injustas entre homens e mulheres, como se constitui o papel do homem e da mulher na sociedade, as oportunidades existentes na sociedade para ambos os sexos e as mudanças históricas que ocorreram no país.

Ao abordar esses assuntos em sala de aula, o professor proporciona um momento de reflexão e discussão.

Essa discussão, com todos os seus desdobramentos, é fundamental nos processos de escolarização de mulheres e homens jovens e adultos (as), uma vez que levanta questões específicas que atingem sua visão de mundo, suas relações sociais, familiares, profissionais e sua ação no cotidiano, ampliando a capacidade de reflexão (CORRAL, 1999, p. 82).

O professor, ao proporcionar diferentes oportunidades de discussão em sala de aula, contribui favoravelmente para a formação do aluno, já que a temática gênero é integradora de vários temas transversais e faz com que o aluno se perceba como parte integrante da sociedade e agente de transformação social.

Frente às dificuldades que existem na educação de jovens e adultos, o docente da EJA pode atuar de diferentes formas, com o objetivo de sanar as dificuldades e entraves decorrentes do processo de ensino e oferecer oportunidades de permanência de estudos aos seus discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos e reflexões sobre o papel do docente da Educação de Jovens e Adultos, pudemos perceber que as políticas de educação no Brasil passaram por consideráveis mudanças e que aos poucos têm assumido maior compromisso com jovens e adultos brasileiros que não tiveram oportunidade de estudar ou de completar sua escolaridade básica na idade correta.

Discorreremos sobre a história da educação de jovens e adultos no país e perceberemos que com as mudanças que foram ocorrendo na sociedade, houve a necessidade de um olhar voltado para a educação. Com a colaboração e determinações de leis, a educação passa a ser um direito de todos, incluindo a EJA como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis da educação básica do país.

Nessa trajetória, algumas conquistas foram alcançadas como considerável melhoria da qualidade de ensino, maior oportunidade de acesso e permanência na sala de aula, abordagem específica da legislação sobre o assunto, tratamento da EJA como uma modalidade de ensino e maior oportunidade para jovens e adultos galgarem o mundo do trabalho. Tudo isso tem contribuído para a diminuição das desigualdades sociais no Brasil.

Porém, apesar de todos os avanços apontados, ainda se percebem grandes dificuldades, especialmente relacionadas ao âmbito da atuação docente. Assim, esse artigo apresenta entraves e possíveis soluções para problemas relacionados ao processo de planejamento, à falta de recursos

didáticos, à gestão no ensino, à formação continuada dos professores, à relação entre teoria e prática, à articulação e elaboração do currículo, à dificuldade de compreensão e domínio da leitura e escrita, ao saber matemático, às questões que envolvem natureza e sociedade, à pertinência das avaliações aplicadas e às questões de gênero.

Pode-se concluir que, ao trabalhar com os alunos da EJA, o professor deve respeitar a diversidade de seus discentes, considerando os aspectos socioeconômicos, étnico, de gênero, as experiências profissionais e o contexto cultural, já que esses alunos fazem parte de um quadro de desfavorecimento social e a procura pela escola está relacionada a decisões que envolvem suas perspectivas pessoais e melhores condições de vida.

É destacada a importância da seriedade do trabalho docente na educação de jovens e adultos, condição indispensável para garantir o sucesso dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. O docente deve trabalhar a partir dos interesses dos alunos e satisfazendo suas necessidades de aprendizagem. Assim o educador da EJA na contemporaneidade deve sempre considerar todo contexto social, familiar e profissional de seus discentes em suas práticas.

É ainda bastante relevante considerar a importância da boa formação do professor da EJA. Só com essa condição poderá possibilitar que o indivíduo jovem e adulto seja capaz de desenvolver suas habilidades, aproveitar as competências adquiridas na educação extra-escolar e complementar seus estudos com uma educação de qualidade. Sua prática deve ocorrer em um processo constante de reflexão, trazendo a realidade discente para a sala de aula de modo que os alunos se identifiquem e também sejam protagonistas nos seus processos de aprendizagem.

Assim, a educação de jovens e adultos deve ser considerada como uma chave indispensável para o exercício da cidadania na sociedade atual, contribuindo na formação dos educandos que vivem em tempos de grandes mudanças e inovações.



REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- AMBROSIO, U. D'. Tempo da escola e tempo da sociedade. In: SERBINO, R. V. et al. *Formação de professores*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998 – (Seminários e Debates), p. 239-249.
- BARRETO, V. (Coord). *Trabalhando com a educação de jovens e adultos: alunas e alunos da EJA*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. de 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, nº 9394/96 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *Parecer n. 11* de maio de 2000.
- BRASIL. *Resolução CNE/CEB*, N. 1 de julho de 2000.
- BRUNEL, C. *Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos*. POA: Mediação, 2004.
- CALHÁU, M. do S. M. Planejamento e avaliação. In: *Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos*. Brasília, v. 10, p. 53-61, 1999.
- CANEN, A. Desmitificando a avaliação. In: *Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos*. Brasília, v. 10, p. 97-105, 1999.
- CORRAL, T. Cidadania e gênero. In: *Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos*. Brasília, v. 10, p. 81-87, 1999.
- CUNHA, C. M. da. Introdução – discutindo conceitos básicos. In: *Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos*. Brasília, v. 10, p. 9-17, 1999.
- _____. O saber matemático: informalidade e processos formais. In: *Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos*. Brasília, v. 10, p. 63-68, 1999.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- FUCK I. T. *Alfabetização de adultos: relato de uma experiência construtivista*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.
- JATOBÁ, A. L. P. et al. Escola Pública: espaço de compromisso ético. In: *Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos*. Brasília, v. 10, p. 89-96, 1999.
- LEMOS, M. E. P. de. Proposta curricular. In: *Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos*. Brasília, v. 10, p. 19-27, 1999.

- POSSAS, W. M. Compreensão e domínio da escrita: vale o escrito. In: *Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos*. Brasília, v. 10, p. 29-33, 1999.
- PRADO, M. R. Estudos da sociedade e da natureza. In: *Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos*. Brasília, 1999, v. 10, p. 75-80.
- RAMAL, A. C. Língua Portuguesa: o quê e como ensinar. In: *Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos*. Brasília, v. 10, p. 35-50, 1999.
- SATORI, A. Legislação, políticas públicas e concepções de educação de jovens e adultos. In: LAFIN, M. H. L. F. *Educação de jovens e adultos na diversidade*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011, p. 39-46.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Nome: **Juliana de Vietro Garcia**

Endereço: Rua Argante Betarello nº349- Franca-SP

CEP: 14401-020

Telefone: (16) 9105-5799

E-mail: jvietrogarcia@yahoo.com.br

Nome: **Thais Machado**

Endereço: Rua Hortêncio Mendonça Ribeiro nº 558 – Franca-SP

CEP: 14403-099

Telefone: (16) 9309-6044

E-mail: thaismachado2010@yahoo.com.br

Nome: **Maria Aparecida Zero**

Endereço: Rua Osório Arantes, 330, apto 12 - Vila N. Sra. Graças – Franca-SP

CEP: 14.401.053

Telefone: (16) 9171 - 4086

E-mail: cidinhazs@unifran.br